O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e surgiu do desejo de chamar atenção para as trajetórias de duas mulheres envolvidas na educação, com importante atuação nos cenários assistencialista e pedagógico, as professoras Lucia Magalhães (1902-1982) e Celina Padilha[[1]](#footnote-1). Assim, o objetivo foi analisar suas concepções de infância e educação considerando-as como sujeitos atuantes, circulantes e produtoras de conhecimento. Cabe ressaltar que as reflexões tecidas neste trabalho partiram dos esforços já empreendidos por pesquisadores que se propõem a estudarem a história das mulheres, considerando as lacunas e as invisibilizações.

Com relação aos silenciados, Perrot (2017), aguça o olhar sobre a história das mulheres no século XX, observando os polos femininos e atribuindo a elas, o poder de serem maternais, mas renunciando a esse papel, seriam elas o “rio selvagem que sai do leito e destruirá tudo à sua passagem”. (2017, p. 159). Nessa concepção, à mulher foi dado o primeiro dom, o de ser feminina, na expressão mais sensível e frágil que poderia essa palavra representar.

Scott (1992), problematizando o termo política para contextualizar os debates sobre a história das mulheres, adverte que tem sido usado em “diferentes tipos de ação e diferentes esferas de atividade”. Assim, percorrer os vestígios das trajetórias de Lucia e Celina, orienta-nos às “múltiplas ressonâncias” de suas atuações, apesar do silenciamento de suas trajetórias. São mulheres pouco exploradas pela historiografia, isso se expressa nas dificuldades de encontrarmos trabalhos que tratem da intelectualidade feminina, especificamente nos anos de 1920. Portanto, tecer a “narrativa da história das mulheres depende dessas múltiplas ressonâncias, é sempre uma narrativa política” (Scott, 1992, p. 67).

Nessa perspectiva, a década de 1920, potencializou as questões sobre a infância a partir de diferentes iniciativas, como a realização de congressos e conferências nacionais e internacionais; fundação de instituições educativas, científicas e filantrópicas; e a promulgação de leis que tinham como objetivo, o olhar sobre a criança e a educação.

Em 1924, por exemplo, aconteceu no Rio de Janeiro, a criação da Associação Brasileira de Educação[[2]](#footnote-2) (ABE). A constituição das propostas em debate na ABE apresentava o brasileiro como “doente, estúpido, sujo e degenerado” e desta forma era preciso “educar para moralizar os costumes, organizar a população dentro do território, homogeneizar escolas e salas de aula, sanear e unificar as massas” (Moreira, 2002, p. 132). Como parte das ideias consoantes aos moldes republicanos, que visavam a modernidade e o progresso, mostrar o povo como “degenerado” era comum entre os intelectuais, que versavam sobre as noções de eugenia na construção de projetos da construção identitária do Brasil.

Em meio aos debates, ações que buscavam intervir sobre as infâncias estavam em curso. Como o Código de Menores, instituído em 1927, que serviu como aparato legal sobre a atuação jurídica e assistencial em torno, majoritariamente, da criança pobre (Camara, 2010). As diferentes designações atribuídas às crianças pobres nesse período, remetem a pensar sobre os projetos eugênicos em disputa[[3]](#footnote-3). Nessa direção, a maternidade, a mulher, o casamento e a família foram pautas fundamentais, considerando uma preocupação em torno da geração e da “qualidade” das boas sementes para o amanhã.

As mulheres de alguma forma estavam presentes nesses debates. Sejam nas ações interventoras e intelectuais, ou até mesmo como objetos dos discursos. Deste modo, a partir das leituras, algumas questões foram se configurando: o que defendiam as vozes femininas de Lucia Magalhães e Celina Padilha no I Congresso Nacional de Educação (CNE) de 1927? Em que medida é possível apreender as concepções sobre infância e educação por essas duas mulheres? Com esse olhar inquiridor, selecionamos como fontes, as teses de ambas, apresentadas na I CNE em 1927 e periódicos.

**Lucia Magalhães: o cuidado da infância como “missão”**

Foi-nos fácil verificar que crianças nascidas e criadas em habitações coletivas tinham sempre um índice fisiométrico inferior. Faltam as nossas observações o elemento de que não dispomos numa grande cidade e cujo resultado seria também de interesse: o índice fisiométrico das crianças que vivem nos campos, em fazendas ou lavouras (Magalhães, 1927, p. 106).

O excerto que abre essa seção é conferido a Lucia Magalhães e compõe a 13ª Tese apresentada no I CNE em 1927. Envolvida com questões das infâncias e da aprendizagem, Lucia Magalhães, expõe sua análise a partir de seu olhar construído sobre a fase de desenvolvimento por ela acompanhada nos trabalhos de obras de caridade. A análise de sua trajetória vislumbra relevantes momentos da educação e do cuidado à infância desvalida. Ainda na década de 1920, esteve à frente da obra assistencial Missão da Cruz, que funcionava adjunta à Pró-Mater[[4]](#footnote-4), associação fundada por seu pai, o médico Fernando Magalhães.

No I CNE, Lucia apresentou a tese: *Seleção e Estalonagem das Classes Infantis pela Psicometria e pela Fisometria*, com resultado de testes por ela realizados entre crianças. No documento, são apresentadas proposições com relação à separação de classes para crianças “normais” e “anormais”. Os argumentos da autora são tomados por experiência, “essa ideia nos levou a estabelecer, depois de uma série de estudos comparativos e depois de submetê-la a um número considerável de crianças, uma escala de testes que parece responder às necessidades brasileiras (Magalhães, 1927, p. 107).

A representação de infância trazida na tese de Lucia aponta-nos para o debate posto na década de 1920. As redes que se formavam em torno da criança davam a tônica das discussões na interseção entre a medicina, o direito e a educação em seus microespaços, mas que convergiam para um olhar mais abrangente sobre o desenvolvimento da infância.

**Celina Padilha: educação sexual, eugenia e infância em debate**

Desde que iniciei minha carreira de professora, tive a atenção atraída para esta falha da obra educativa. E isto me feriu, tanto mais quanto, sendo mulher, sinto a falta de naturalidade que a educação interpõe entre o homem e a mulher, estragando as mais belas amizades, quiçá o intercâmbio intelectual (Padilha, 1927, p. 432).

O trecho em destaque é parte da tese número 74, apresentada por Celina Padilha na I Conferência Nacional de Educação, ocorrida na cidade de Curitiba - Paraná, em dezembro de 1927. Como presidente da Seção de Ensino Primário da Associação Brasileira de Educação (ABE), a professora acumulava um repertório de destaque no cenário educativo[[5]](#footnote-5). No evento expôs que seu grupo, composto de nomes atuantes na educação brasileira, como o professor Manoel Bomfim[[6]](#footnote-6) (1868-1932), se reuniu em 3 de setembro, tendo realizado mais de onze sessões. A partir disso, organizaram um programa de ação, com doze capítulos, referentes aos assuntos sugeridos pelos componentes da Seção.

Como parte da Comissão de Estudos da Reforma da Instrução Primária Municipal, empreendida pelo diretor de Instrução, Fernando de Azevedo (1894-1974), Celina transitava entre homens das classes dirigentes da sociedade. Era defensora da educação sexual e da coeducação de meninos e meninas, pois acreditava que essa prática resultaria em pessoas mais conscientes, principalmente na escolha de seus/as companheiros/as para o êxito das gerações futuras. Uma tônica assentada no pensamento eugênico, no bojo das ideias e práticas em efervescência, especialmente na década de 1920.

**CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

 A atuação de Lucia Magalhães e Celina Padilha nos oportunizam a percepção de que essas mulheres atuaram efetivamente entre uma intelectualidade masculina que buscava direcionar a formação da nação. Com ações sobre a educação, tanto em relação às infâncias desvalidas, quanto na defesa da coeducação, essas vozes femininas ressoaram no I CNE de 1927, no bojo das discussões que já vinham ocorrendo durante a década de 1920, as quais tinham como mote, as infâncias.

Suas bases de percepção sobre o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem e formação, vieram na esteiras das teorias eugênicas, que buscavam a sociedade ideal, seja separando desde a infância, as crianças “normais” das “anormais”, como forma de não retardar o progresso dos “normais”, seja pela possibilidade de meninos e meninas compartilharem o mesmo ambiente de aprendizagem a fim de que fosse criada uma análise consistente a respeito daqueles que poderiam resultar em uma geração de exitosa.

**REFERÊNCIAS**

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república: a** infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

Atas da I CNE. COSTA Maria José F. Ferreira. da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org). (Curitiba, 1927). Brasília: INEP, 1997.

COCKELL, Marcela. O pensamento de Manoel Bomfim para a educação: uma crítica aos males de origem ao progresso da nação brasileira (1905-1931). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: < https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/21973/2/Tese%20-%20Marcela%20Cockell%20Mallmann%20-%202022%20-%20Completa.pdf> Acesso em: 25 mai. 2024.

DIAS, Amália; JARA, Isabela Bolorini. Educação e emancipação feminina em Celina Padilha, a “educadora transviada” (1927-1930). **Revista Educação e Emancipação,** v. 10, n. 4, p. p.229–255, 12 Jan 2018. Disponível em: < https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8209/5053> Acesso em: 1 mai 2024.

MAGALHÃES, Lucia. Seleção e Estalonagem das Classes Infantis pela Psicometria e pela Fisometria. IN: COSTA, Maria José F. Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). I Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927). Brasília: INEP, 1997.

MOREIRA, Patrícia Cristina Fincatti. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 1 [3], p. 131-135, 16 fev. 2012. Disponível em: < http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38736/20265> Acesso em 20 mai. 2024.

MOURA, Victoria Guilherme Guedes de. **Pela perfectibilidade da raç**a: a infância no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. IN: COSTA, Maria José F. Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). I Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927). Brasília: INEP, 1997.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7ª ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro – São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p.63-95.

XAVIER, Libânia. Associação Brasileira de Educação. Verbete CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf> Acesso em: 20 mai. 2024.

1. Em nossas pesquisas, não localizamos data de nascimento e morte. [↑](#footnote-ref-1)
2. Instituição fundada em 16 de outubro de 1924 que se configurou como um espaço de debates em torno das políticas educacionais estabelecidas pelo Estado. Foi ponto fundamental nos empreendimentos das Reformas da Instrução, bem como no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932 (Xavier, Associação Brasileira de Educação, s.d). [↑](#footnote-ref-2)
3. Diferentes perspectivas ficaram evidenciadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1929 (Moura, 2024). [↑](#footnote-ref-3)
4. A Associação Pro Matre foi criada em abril de 1918, com a finalidade de dispensar proteção à mulher desamparada e à criança desvalida. [↑](#footnote-ref-4)
5. C.f. Dias e Jara (2018). [↑](#footnote-ref-5)
6. C.f. Cockell (2022). [↑](#footnote-ref-6)